

**CONFIGURAÇÃO URBANA, RACIONALIDADES SOCIOECONÔMICAS
E MIGRAÇÕES EM BOA VISTA – RR: UM DEBATE SOBRE A
URBANIZAÇÃO DE UMA CAPITAL PERIFÉRICA DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA**

Pedro M. Staevie

Prof. Dr. Departamento. Economia - Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Brasil
pedrostaevie@yahoo.com.br

Resumo

Nas últimas décadas, a Amazônia brasileira tem sofrido um intenso processo de ocupação e urbanização, o que levou a região a possuir uma população urbana da ordem de 15 milhões de pessoas. Além de suas metrópoles regionais (Belém e Manaus) que possuem conjuntamente mais de 4,5 milhões de habitantes, outras capitais estaduais e cidades de fronteira agrícola, pecuária e minerais destacam-se como cidades de intensa atividade econômica e importantes fluxos migratórios. Uma destas cidades é Boa Vista, capital do Estado de Roraima, o mais setentrional do Brasil. Esta cidade sofreu ao longo das últimas três décadas um vertiginoso processo de crescimento demográfico, juntamente com uma intensa urbanização, configurando uma nova morfologia urbana a esta capital. A cidade que possuía menos de 45 mil habitantes na sua área urbana em 1980, conta atualmente com uma população de aproximadamente 300 mil residentes. O estado de Roraima localiza-se na fronteira com a Venezuela e a Guiana, e sua capital, aqui tratada, é a única do Brasil situada totalmente acima da linha do equador. Dado o intenso fluxo migratório em direção a esta cidade, e a complexificação da mesma, conferindo-lhe o tempo moderno (na linha de Milton Santos), o presente artigo tem como objetivo apresentar a discussão acerca da expansão urbana desta cidade da periferia da Amazônia brasileira, ligada ao tempo moderno, e suas implicações com a forte imigração ocorrida nas últimas décadas e o papel dos distintos atores econômicos e políticos presentes neste processo.

Introdução

Com a tomada do poder pelos militares no Brasil em 1964, um novo modelo de ocupação e desenvolvimento econômico para a Amazônia é colocado em prática. Sob os auspícios do discurso da soberania nacional e da necessidade de resolução de conflitos agrários no Nordeste e Sul do país, a “terra de poucos homens” torna-se foco principal das ações colonizadoras por parte do governo ditatorial.

O rebatimento desta nova política em Roraima¹ só ocorreu em 1975 com a criação do POLORORAIMA, no âmbito do Programa Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). Este programa incentivaria “(...) o acréscimo na escassa mão-de-obra local, de população externa via *migração*” (grifo nosso) (MINTER, 1975, P. 52, apud BARBOSA 1993.2).

¹ Em 1962 o Território Federal do Rio Branco tem seu nome modificado para Território Federal de Roraima. Segundo alguns estudiosos (BARBOSA, p. ex.) esta mudança se deu em função da confusão que havia com Rio Branco, capital do Acre. Segundo o autor, correspondências e até mesmo pessoas acabavam parando nesta capital quando seu verdadeiro destino era o atual estado de Roraima.

Para o período de 1975 a 1979, o orçamento do POLORORAIMA previa investimentos na ordem de US\$ 53,8 milhões, o que correspondia a mais de 50 vezes o valor do ICM (Imposto sobre circulação de mercadorias) arrecadado pelo Território em 1980. Deste total, 45% eram de total responsabilidade do POLOAMAZÔNIA, 41,9% viriam de outros ministérios² e os restantes 13,1% do governo local. Como era um Território Federal e não possuía receita própria, na prática todos os recursos eram oriundos da União. No orçamento previsto, havia recursos destinados para a criação de novas colônias agrícolas, regularização da posse da terra e abertura de novas estradas que *“dariam suporte ao enquadramento de novos colonos no Território”* (BARBOSA 1993.02, p. 180).

Estes recursos acabaram por permitir um fluxo migratório em direção a Roraima, que só não foi mais intenso *“devido ao ainda difícil acesso e, em parte, todos os governos locais dessa época eram regidos por militares pouco estimulados ao desenvolvimento de uma base política futura”*. (BARBOSA 1993.02 p. 180).

Migrações, expansão demográfica e territorialidades em Roraima

Com a iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Roraima inicia ainda nos anos 1970 um amplo programa de assentamentos humanos dirigidos (PAD). Os projetos de maior envergadura foram instalados nas regiões leste e centro-oeste do Território, com a Colônia Alto Alegre e os chamados Programas de Assentamento Rápido (PAR) Apiaú e Baraúna e ao sul com o PAR Jauaperi e os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) Salustiano Vinagre (atual Anauá) e Jatapú. Durante os anos 1970 e 1980 ocorreu a implementação de diversos projetos, administrados atualmente pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) ou pelo Instituto de Terras do Estado de Roraima (ITERAIMA). O mapa abaixo mostra a divisão política do estado de Roraima (15 municípios) e sua posição geográfica no território brasileiro.

² O POLOAMAZÔNIA estava vinculado ao Ministério do Interior, portanto, ao seu orçamento.



Fonte: Diniz; Santos (2005)

Segundo Diniz (1997) os projetos de colonização agrícolas implementados desde a criação do Território acabaram por promover a transferência de colonos de regiões economicamente deprimidas do Nordeste brasileiro. Ainda que esta colonização dirigida tenha alcançado diversos estados nordestinos, é fundamentalmente o Maranhão o que mais contribuiu naquele momento no fornecimento de colonos imigrantes em direção ao novo Território Federal. Na realidade, esta primazia do Maranhão como grande fornecedor de mão-de-obra é observada ao longo de muitas décadas, exercendo ainda importante papel na composição do fluxo migratório em direção a Roraima. Neste sentido Freitas (1997) afirma: *“Esta ligação histórica entre o Maranhão e Roraima se fortaleceu através do tempo, gerando e perpetuando uma série de fluxos (...), ligando comunidades específicas nos dois estados”* (p. 2). Esta primazia do Maranhão no fornecimento de mão-de-obra migrante pode ser constatada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2008), que apontam para uma população nascida neste estado da ordem de 93 mil pessoas, ou seja, cerca de 22% do total da população residente no estado de Roraima.

A Tabela 1 mostra os dados retirados da PNAD 2008. Chama a atenção o fato de mais da metade da população ter nascido em outra unidade da federação. Ademais, praticamente 38% nasceram no Maranhão, Pará, Amazonas ou Ceará, os quatro principais fornecedores de imigrantes para Roraima. Os imigrantes oriundos destes quatro estados representam nada menos do que 75,25% do total de nascidos em outras unidades da federação.

Tabela 1. Imigrantes em Roraima conforme estado de nascimento (MA, PA, AM, CE), número total e porcentagem relativa a população total do estado – 2008

Estado de nascimento	Número total (em mil hab.)	% do total da população residente em Roraima
MA	93	22,01
PA	29	6,88
AM	20	4,75
CE	18	4,27
Total (MA, PA, AM, CE)	160	37,91
Total imigrantes	212,6	50,5
População total	421	100,00

Fonte: PNAD 2008. Elaborada pelo autor.

Até a primeira metade da década de 1980, pelo menos 14 projetos de colonização agrícola já haviam sido instalados em Roraima, favorecendo a convergência de pessoas em direção à região. BARBOSA (1993.02), ao citar Silveira e Gatti (1988), afirma que “(...) o surgimento de um fluxo migratório mais intenso (...) representaria uma forma de expansão da fronteira caracterizada por um campesinato diferenciado” (p. 183). Camponeses estes que já haviam experimentado outra etapa migratória, oriundos de outras frentes de colonização na própria Amazônia, particularmente de Rondônia. Ainda segundo o autor, “teriam sofrido o impacto de uma maior demanda por terras ou mesmo ter passado pelo processo de fracasso dentro da agricultura nestas áreas” (ibidem).

Boa parte dos colonos que haviam passado por Rondônia antes de chegarem a Roraima era sulista (sobretudo gaúchos e paranaenses) que tinham deixado seus estados de origem ainda nos anos 1970. Ocorre que a partir da metade desta década (1970), a política oficial de colonização para a Amazônia brasileira sofre importante transformação. Baseado na ideia de integração econômica da região ao resto do país o governo federal busca arregimentar colonos sulistas em detrimento aos antigos agricultores oriundos do Nordeste brasileiro. A lógica era que os colonos originários do Sul possuíam maior experiência cooperativista do que os nordestinos e, portanto, já estavam mais acostumados a produzirem com os olhos voltados ao mercado. A partir deste momento, o público alvo dos projetos de colonização agrícola passa a ser os agricultores gaúchos (nascidos no Rio Grande do Sul) e paranaenses (nascidos no Paraná). Na verdade, muitos dos agricultores que saem do Paraná em direção a Amazônia eram gaúchos (nascidos no RS) que há algum tempo já haviam se deslocado

para aquele estado. Outros tantos eram de uma segunda geração de gaúchos, isto é, filhos de sul-rio-grandenses que tinham ido morar no Paraná ainda nos anos 1940 e 1950. Outra modificação importante é a entrada em cena das empresas colonizadoras privadas nos projetos de colonização na Amazônia. Entretanto, não obstante a colonização dirigida, muitos agricultores se dirigem de forma espontânea para as novas áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Em Roraima, não houve participação das empresas colonizadoras privadas nos projetos de assentamentos agrícolas. Neste estado, foco do presente trabalho, apenas na década de 1980 ocorrerá um esforço por parte do governo local em chamar colonos do sul do país para os projetos de assentamento. Um exemplo disso é a reunião ocorrida em 1980 entre o então governador de Roraima Ottomar Pinto com o chefe do executivo gaúcho, Amaral de Souza, na tentativa de convencer os gaúchos a se deslocarem para Roraima e lá desenvolverem as atividades agropecuárias. Ainda que em função do campus avançado da Universidade Federal de Santa Maria (cidade do interior do Rio Grande do Sul) já houvesse uma entrada de gaúchos naquele estado, a quantidade ainda era pequena e a de agricultores ainda mais restrita. Dado o nível de desenvolvimento e integração da agricultura sulista, acreditava-se ser este colono o modelo para o desenvolvimento das atividades primárias na Amazônia brasileira. Entretanto, devido a vários fatores, entre eles a distância e dificuldade de deslocamento entre os dois estados, a migração de sul-rio-grandenses para Roraima foi muito aquém daquela observada em Rondônia e Mato Grosso, por exemplo. Em Roraima, como visto na tabela 1, a grande massa de imigrantes foi originária do Maranhão, o estado com os piores indicadores socioeconômicos do Brasil.

Migrações, dinâmica espacial e urbanização em Boa Vista – RR

Roraima é o estado mais setentrional do Brasil, conta com uma população de apenas 451 mil habitantes, das quais 285 mil residentes em sua capital, Boa Vista. Sua ocupação toma impulso a partir dos anos 1970 com os programas de colonização agrícola e pela “corrida do ouro” que leva milhares de pessoas de todo o país a exercerem a atividade garimpeira no interior do estado. Apesar da garimpagem se realizar no interior, a população se concentrou em Boa Vista, em função de vários fatores que apresentaremos posteriormente. Ainda que o *boom* demográfico ocorra a partir desta época, a cidade passou por outros momentos que ajudam a explicar esta expansão demográfica e sua respectiva expansão urbana. No presente artigo, propomos apresentar uma perspectiva histórica para o entendimento destes processos, analisando a formação sócio-espacial da capital roraimense a partir de seus agentes interventores e as consequências urbanas deste processo de ocupação territorial.

Boa Vista, capital do estado de Roraima, faz parte da sub-divisão Fronteira de Integração da porção Ocidental da Amazônia brasileira. Pertence à mesorregião Norte de Roraima, microrregião de Boa Vista. Possui clima equatorial com média de temperatura de 27,4° C. Vegetação típica de Savana e duas estações bem definidas: a chuvosa (inverno), entre abril e setembro e a seca (verão), entre outubro e março. Localiza-se na margem direita do Rio Branco, dentro da Bacia Hidrográfica de mesmo nome. Conta atualmente, segundo dados do Censo 2010 do IBGE, com uma população aproximada de 285 mil habitantes, mais do que o dobro daquela observada em 1991, que era de 122 mil habitantes. Conforme Vale (2007) até o início dos anos 1980, a expansão urbana da capital roraimense foi capitaneada pelo governo, que, “*visando a segurança nacional, promoveu o crescimento populacional do Território por meio de uma política urbana concentrada na capital (...)*” (p. 22). Já em 1991, através da Lei nº 244, que regulamenta o Plano Diretor do município de Boa Vista, foram criados 30 bairros. Em 1999 o Plano Diretor foi alterado, redefinindo os limites de alguns bairros e acrescentando mais 18. Em 2000 a cidade já contava com 49 bairros e em 2011, com os novos bairros criados em 2007 (São Bento) e 2010 (Said Salomão), já são 55, expandindo a área urbana para a região oeste (ver figura 3). Esta região comporta uma vasta quantidade de corpos hídricos (lagoas e igarapés), conferindo risco ambiental a esta expansão urbana desordenada. A figura 3 mostra a evolução urbana da cidade de Boa Vista até 2005. Cabe destacar que pela sua restrita navegabilidade, o rio não se apresenta como um elemento dinâmico da economia local e de sua demografia. Porém, os bairros localizados nas suas margens, sobretudo o bairro Caetano Filho (nº 2 na figura 3), sofrem anualmente com as cheias do que ocorrem no período chuvoso, entre abril e setembro.

O Plano Diretor atual, aprovado em 28/11/2006 e publicado no Diário Oficial do Município em 30/11/2006, foi considerado ineficiente e incompleto pelo “*Diagnóstico do Plano Diretor de Boa Vista – RR*”, realizado pela Rede de avaliação e capacitação para a implementação dos Planos Diretores participativos, efetuado no ano de 2007. Segundo os avaliadores, o Plano Diretor de Boa Vista não representa um planejamento efetivo de longo prazo. O volume migratório e o intenso processo de urbanização não foram satisfatoriamente contemplados no Plano, fazendo da política habitacional o ponto fraco do documento. Tais fenômenos têm contribuído para o aumento na demanda por habitação e terra urbanizada e, conseqüentemente, numa crescente disputa pelo solo urbano na capital roraimense. Segundo o Diagnóstico, apesar da grande segregação sócioespacial e dos elevados índices de pobreza observados no município, o Plano não se apresenta como uma estratégia econômica e sócio-territorial para o desenvolvimento municipal e de ordenamento da ocupação do solo. Outro ponto negativo apontado pelo Diagnóstico refere-se à garantia da participação da sociedade civil no processo de elaboração e na

posterior fiscalização das ações contidas no Plano. Ainda que estas sejam contempladas, não se apresenta de forma clara quais os canais e mecanismos para a real efetivação destas práticas. De maneira geral, a participação política da sociedade civil roraimense nos fóruns de decisão colegiada está aquém das reais necessidades coletivas.

Para a compreensão da atual conformação urbana da cidade de Boa Vista, necessita-se entender o seu processo histórico de ocupação territorial ao longo dos tempos. Com este intuito, Veras (2010) propõe que Boa Vista possui três espaços urbanos distintos: em primeiro lugar, o arruamento histórico do núcleo embrionário, às margens do Rio Branco; segundo, o espaço definido no projeto urbanístico radial concêntrico de 1944; e um terceiro (mancha urbana) que ultrapassa os limites do projeto inicial a partir dos anos 1970 e que se consolida com a expansão urbana dos anos 1990 em diante. Esta cronologia é fundamental para se compreender a expansão demográfica e urbana, pois tais movimentos se atrelam inevitavelmente a processos sociais ocorridos durante os diferentes períodos. Tais processos sociais configuram o espaço urbano, resultado das interações econômicas, políticas e culturais nos diversos momentos de sua dinâmica produtiva. A produção do espaço e a expansão urbana nascem da contínua necessidade da sociedade em atender suas distintas demandas, em que o processo de produção é acompanhado permanentemente pela reorganização espacial. Relembrando Santos (2005), o espaço permite que os fatores de produção – trabalho, mercadorias e capital – passem a ter grande mobilidade. As mudanças permanentes no espaço ocorrem em função da constante busca por novos significados, *“na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes de transformações de todo social”* (VERAS, p. 2).

A gênese da ocupação – gênese espontânea para Silva (2010) – da então área de Boa Vista ocorre a partir da transferência do antigo povoado de São Joaquim (que circundava o forte de mesmo nome e primeiro núcleo habitacional não indígena da região) para a região onde se encontra o núcleo inicial da cidade. Este núcleo inicia-se a partir da instalação da Fazenda Boa Vista em 1830 e posteriormente da instalação da Freguesia Nossa Senhora do Carmo, da ordem dos Carmelitas em 1858 na sede da Fazenda. A vila é então alçada à categoria de cidade em 1890, desmembrada do município de Moura, pertencente ao estado do Amazonas. Só em 1943, com a criação do Território Federal do Rio Branco (a denominação de Território Federal de Roraima só irá ocorrer em 1962) é que Boa Vista deixará de pertencer ao Amazonas e se tornar a capital do Território.

Em 1943 é criado pelo então presidente Getúlio Vargas o Território Federal do Rio Branco, tendo como capital a cidade de Boa Vista. Para planejar a nova capital é convidado para a elaboração do Plano Urbanístico o engenheiro civil da empresa Riobras, Darcy Aleixo Derenusson. O projeto urbanístico previa um formato radial concêntrico, na forma de

Entre 1980, início do *boom* demográfico de Boa Vista, até 2007, a população total quase quadruplicou, passando de 67.017 para 249.853 habitantes, chegando atualmente a aproximadamente 285 mil habitantes. Aproximadamente 98% deste total reside na zona urbana, diferentemente do que ocorria em 1980, quando o tamanho da população rural ainda se aproximava da urbana. Os dados do IBGE apontam que os períodos com maiores taxas de crescimento populacional foram de 1980 a 1991 (7,22%) e de 1996 a 2000 (4,92%). Este crescimento ocorreu principalmente na população urbana, que apresentou taxas de 9,60% e 6,99% respectivamente. A população urbana de Boa Vista, entre 1980 e 2007 (Contagem Populacional), passa de 43.854 para 246.156 habitantes, aumentando, portanto, em mais de 5 vezes o seu número. O quadro abaixo mostra a evolução populacional de Boa Vista e Roraima entre 1991 e 2010.

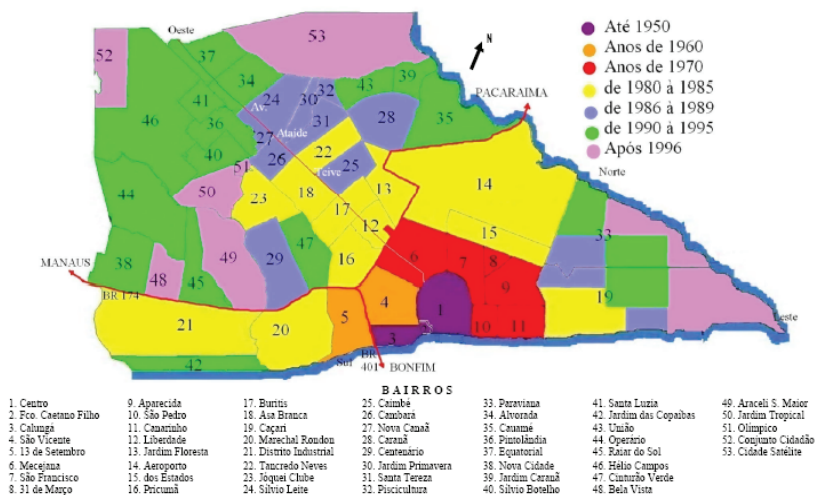
Quadro 1. População residente em Boa Vista e Roraima – 1991 a 2010
(em mil habitantes)

Anos	1991	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2010
B.Vista	122.6	153.9	158.8	163.0	167.1	200.5	208.5	214.5	221.0	236.3	242.1	249.6	249.8	284.3
RR	217.5	247.1	254.4	260.7	266.9	324.3	337.2	346.8	357.3	381.8	391.3	403.3	395.7	451,2

Fonte: 1991, 2000, 2010 (Censo); 1996, 2007 (Contagem); 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 (Estimativa).

Além dos números absolutos, o quadro acima permite visualizar o acréscimo da participação relativa da capital no total da população do estado. Enquanto em 1991, a população de Boa Vista representava 56,36% do total do estado, em 2007 esta participação eleva-se para 63,12%, refletindo uma maior concentração populacional na capital ao longo do período. Em 2010 esta participação alcança 69% e 82% da população urbana do estado. Sua população é aproximadamente 11 vezes maior que a do segundo município mais populoso do estado (Rorainópolis, com cerca de 25 mil habitantes). Em termos econômicos, responde por mais de 70% do Produto Interno Bruto estadual, concentra 80% dos estabelecimentos comerciais, responsáveis por aproximadamente 70% das atividades privadas no estado. Possui sozinha mais estabelecimentos financeiros, hospitalares e educacionais do que o restante (14) dos municípios. Ademais, é sede das principais instituições públicas, tanto da administração direta como indireta. Neste sentido, Diniz e Santos (2008) apontam um desequilíbrio hierárquico entre a capital e as demais cidades, resultando num “*fenômeno de macrocefalia urbana na capital do Estado*” (p. 9).

Figura 3. Evolução urbana da cidade de Boa Vista



Fonte: Vale (2007). Retirado de Vale (2007).

Ainda no início da década de 1970, ocorre significativa expansão urbana ligada à abertura de rodovias. A área periférica se expande com a instalação do 6.º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), que reservou para seu uso uma extensão considerável no Bairro de Mecejana. Os bairros 31 de Março, São Francisco, Aparecida e Canarinho começam a ser ocupados.

No início da década de 1980, o espaço realmente urbanizado em Boa Vista era sua área central, ou o bairro Centro, onde residia a maior parte da população urbana, calculada, segundo dados de Vale (2007) em mais de 7000 indivíduos, isso ainda no ano de 1974. Grande parte dos residentes nesta região era de indivíduos de alta renda, constituída principalmente por políticos, funcionários públicos e pecuaristas. Além do mais, concentrava-se nesta região a maioria dos equipamentos urbanos, além da “*primazia na dotação de redes de esgoto, d’água, elétrica, (...) atraindo as classes mais favorecidas*” (Vale, 2007, p. 114). Encontravam-se também no centro da cidade os serviços administrativos, financeiros, comerciais, hospitalares e educacionais.

Entretanto, os bairros mais residenciais ficavam a leste das Avenidas Ené Garcez e Major Williams, como o São Francisco, 31 de Março, Aparecida e São Pedro. Neste período, à beira do rio Branco, iniciou-se a construção do “Bairro dos Executivos”, que abrigara os altos funcionários do Governo. O bairro Canarinho e o 13 de Setembro, neste período contavam com uma infraestrutura precária, quase inexistente.

A partir dos anos 1980 configura-se uma nova estrutura urbana em Boa Vista. Em 1981 surgem os bairros Jardim Floresta II e Novo Planalto; em 1982 são criados os bairros Pricumã, Bunitis, dos Estados e Caçari. Já em 1983 nasce o bairro Marechal Rondon, distrito industrial. Entre 1985 e 1989 mais 14 bairros são criados, reflexo da intensa expansão demográfica observada na cidade. O que ocorre efetivamente após os anos 1980 é a incorporação de novas áreas mediante a proliferação de novos loteamentos, de forma desorganizada, *“respondendo especialmente a interesses políticos de assentamentos de migrantes que eram induzidos a se deslocarem para Boa Vista”* (SILVA, p. 8). Aqui se torna mais evidente o terceiro espaço urbano apresentado por Veras (2010).

A década de 1990 reproduz a expansão urbana observada na década anterior, num ritmo ainda mais intenso. Com o crescimento da migração intra-estadual, em decorrência da desativação dos garimpos e da falência dos projetos de assentamentos rurais no interior do estado, ocorre uma desordenada expansão da área urbana, resultando na criação de novos bairros. Durante aquela década foram criados 16 bairros, sobretudo na região oeste da cidade, representando um inchamento demográfico em uma zona ambientalmente frágil do município, onde se encontra uma vasta quantidade lagos e igarapés. Na zona oeste, aproximadamente 85% dos residentes são migrantes, que residem em áreas doadas pelo poder público, numa clara política de criação de currais eleitorais, sobretudo pelo governo de Ottomar Pinto, entre 1979 e 1983 e 1991 e 1995. Estas áreas são ocupadas por pessoas de baixo poder aquisitivo que foram ali assentadas no âmbito da “política” citada ou invasores que se apoderaram de terrenos desocupados, muitos deles áreas pertencentes à União. Residem ainda nestes bairros cerca de 80% de toda a população da cidade. O Censo de 2000 apontou para uma população urbana em Boa Vista, de 197.298 habitantes, dos quais 152.062 residiam na Zona Oeste. As ocupações irregulares são constantes no município, por vezes incentivadas por lideranças políticas que possuem interesses particulares nessas ocupações. A Contagem Populacional de 2007 já apontava para aproximadamente 201 mil pessoas morando nesta região da cidade.

Nestes bairros, além de imigrantes de baixa renda oriundos de outros estados brasileiros, nos últimos anos tem havido um acréscimo no número de guianenses e indígenas originários do próprio estado de Roraima e até mesmo de estados vizinhos como o Amazonas e Pará.

Durante a década de 1990, outros atores sociais são incorporados com mais intensidade às forças que determinam a configuração do espaço urbano boa-vistense e concorrem para a legitimação política deste espaço. Até a década de 1980, boa parte dos assentamentos humanos na cidade de Boa Vista tinha como gênese a política de ocupação territorial determinada pelo Governo Federal, seja diretamente na cidade, seja por causa da falência das colônias agrícolas do interior do estado. Agora, a necessidade da estruturação urbana

ocorre principalmente em função do fechamento da atividade garimpeira que trouxera de forma *espontânea* milhares de pessoas de todo o país para Roraima. Com o fechamento dos garimpos, grande parte destes garimpeiros vão se dirigir para a capital, resultando num inchaço da periferia da cidade. A transformação efetiva do Território Federal em Estado Federado a partir de 1991 também contribuiu de forma expressiva para o incremento populacional na capital. Dada a necessidade da constituição de instituições públicas no âmbito do novo Estado ocorre uma demanda importante por mão-de-obra para estas instituições, acarretando num fluxo migratório intenso em direção a cidade. Num primeiro momento os cargos foram distribuídos sem a existência de concursos públicos. Esta prática redundou num inchaço do setor público e contribuiu massivamente para a continuidade do fluxo migratório em direção à cidade.

Com a Lei nº 483, de 09 de dezembro de 1999, a cidade de Boa Vista, já com aproximadamente 200 mil habitantes, passa a ter um total de 49 bairros assim distribuídos (VALE, 2007): 6 bairros na Zona Norte, 5 bairros na Zona Sul, 3 bairros na Zona Leste, 34 bairros na Zona Oeste, além do bairro Centro. O quadro abaixo mostra esta distribuição em 2000.

Quadro 2. Distribuição dos bairros de Boa Vista por Zona - 2000

Zona	Bairros
Norte	Dos Estados, Aparecida, Aeroporto, Paraviana, São Francisco, 31 de Março.
Sul	Calunga, Distrito Industrial, Marechal Rondon, São Vicente, 13 de Setembro.
Leste	Caçari, Canarinho, São Pedro
Oeste	Asa Branca, Buritis, Caimbé, Cauamé, Caranã, Centenário, Cambará, Equatorial, Jardim Floresta, Jardim Tropical, Liberdade, Mecejana, Nova Canaã, Operário, Pricumã, Tancredo Neves, Alvorada, Bela Vista, Cidade Satélite, Cinturão Verde, Dr. Sílvio Botelho, Dr. Sílvio Leite, Jardim Caranã, Jardim Primavera, Jóquei Clube, Nova Cidade, Pintolândia, Piscicultura, Araceli Souto, Santa Luzia, Santa Teresa, Senador Hélio Campos, Raiar do Sol, União.

Fonte: Adaptado de Vale (2007).

Ao se analisar a evolução da ocupação da área urbana de Boa Vista, Vale (2007) afirma que

Depende do Estado e do capital a direção que a expansão urbana segue. Até os anos 1960, a expansão urbana ficou em torno do Centro administrativo e comercial porque essa malha urbana fazia parte de uma rede em que tinha como centro Manaus e esta era ligada pela hidrovia do Rio Branco. No ano de 1976 quando construíram a BR 174 (trecho Boa Vista – Manaus) a expansão urbana toma a direção desta

(Zona Oeste) e a segue quando realizado o outro trecho que ligaria a cidade à fronteira com a Venezuela, em 1996 (Zona Norte) (p.118).

Um ponto importante a destacar atualmente na composição demográfica de Boa Vista é o crescimento no fluxo de indígenas que chegam diariamente à capital em busca de melhores condições de vida. Em 2005, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estimou a população indígena em Boa Vista de 2.437 indivíduos. Já o Censo 2010 aponta para um total de 6.150 indígenas vivendo na capital roraimense. Este número representa cerca de 3,07% do total da população residente em Boa Vista, mas significa aproximadamente 22% de todos os indígenas que residem no estado. Portanto, quase $\frac{1}{4}$ dos indígenas roraimenses moram na capital, na sua maioria habitando moradias precárias nas regiões sul e oeste da cidade, principalmente nos bairros Pintolândia e Raiair do Sol, locais de frágil estrutura urbana. Estes números podem ser ainda mais expressivos, pois se observa uma recorrente falta de identificação pessoal dos indígenas como tais. Muitos indígenas, pela flagrante discriminação étnica a qual são submetidos, não se reconhecem como tal, ainda que seu fenótipo demonstre claramente suas origens. Já a organização dos indígenas da cidade (ODIC) aponta para uma população indígena itinerante da ordem de 30 mil indivíduos em Boa Vista. Os bairros em que residem os indígenas são ocupados principalmente por migrantes nordestinos, e guianenses, de baixa renda. Dados da Contagem Populacional de 2007, dos 246.444 habitantes da capital naquele ano, 200.537 residiam na zona oeste da cidade, com precárias condições de moradia, saneamento e transporte público. Mesmo nesta região de migrantes, os indígenas são vistos de forma discriminatória, visto que são considerados incivilizados. O branco, mesmo que analfabeto, leva vantagem no mercado de trabalho sobre um indígena, ainda que com mais escolaridade. Mal ou bem, é branco, “civilizado” (FERRI, 1990, apud Silva, 2010). As principais etnias representadas são os Macuxis, Wapixanas e Taurepangs.

O que tem ocorrido em Boa Vista nas últimas décadas é uma expansão espacial e urbana assentada num amálgama de interesses entre o Estado, o Capital, que na sua lógica de auto-reprodução acaba por determinar a configuração urbana de mais esta cidade da Amazônia brasileira. Seguindo a linha de Harvey (1980), a cidade acaba por se revelar como o espaço das relações de interesses no seu uso capitalista, onde o domínio do capital no processo de trabalho torna-se condição necessária para sua auto-reprodução. Entretanto, nos dois últimos decênios, a população exerce papel fundamental na configuração deste espaço urbano, através de suas demandas por moradia e infra-estrutura básica, além de participarem ativamente como força de trabalho produtiva e consumidora. Na última década, percebe-se uma expansão significativa do setor da construção civil, voltada a empreendimentos direcionados a uma camada da população com maior poder aquisitivo.

A forma e as utilidades que a cidade toma são determinadas historicamente, onde os distintos atores (Estado, Capital, habitantes e suas organizações) são peças-chaves neste processo, de formas mais ou menos atuantes nos diferentes períodos. Todavia, Veras (2010), ao citar Moreira, conclui que *“a estrutura econômica da formação econômico-social é que determina a organização espacial, mas é a conjuntura política que comanda seus movimentos (processos e forma)”* (p. 3)

Nos últimos 5 anos, um prédio residencial com 18 andares (até então o edifício mais alto da cidade possuía 5 andares) contando com coberturas cotadas em mais de R\$ 600 mil (250 mil euros), um condomínio de apartamentos com 2 blocos de 6 andares cada e um condomínio horizontal fechado surgiram na cidade. Ademais, dois “bairros” voltados a clientes de alta renda e a expansão do bairro mais “nobre” da cidade estão em andamento. No momento, um loteamento numa área de expansão comercial e residencial, próximo a uma faculdade e a um futuro shopping, voltado à população de alta renda tem atraído uma parcela de novos imigrantes que chegam atualmente à cidade. Se constata atualmente uma corrente migratória distinta, vinda, sobretudo, do sul e sudeste do país e que tem ajudado a mudar os hábitos de consumo, inserindo novos padrões, refletidos nas empresas que se instalam diariamente na cidade. Dentre elas podemos citar redes nacionais e internacionais de fast-food, lojas especializadas em bebidas e alimentos importados de alto padrão de consumo, as concessionárias de automóveis Mitsubishi, Honda, Suzuki, Renault, Toyota, Kia Motors, Ssyang Yong Motors, Effa Motors e Nissan, além de empresas varejistas (boutiques famosas) do ramo de vestuário e calçados. Já está em andamento a construção de dois shopping centers na cidade, um localizado em área nobre e outro em bairro mais periférico. Não obstante as distintas localizações, em ambas regiões a valorização monetária dos imóveis chega até 500%. Em importante área de expansão comercial da cidade, a valorização é ainda maior, ultrapassando a casa dos 1000%. Um outro dado importante que reflete uma demanda cada vez maior por mudanças estruturais na organização da cidade, particularmente no que diz respeito à mobilidade urbana, é o incremento na sua frota de veículos particulares. Em 2005, eram 58.102 veículos particulares, ao passo que em 2010 este número passa a ser de aproximadamente 113 mil, o que representa um acréscimo de quase 100% na frota (SANTOS, 2011). Isto quer dizer que em meia década, praticamente duplicou o número de carros particulares em Boa Vista. A cidade amplia, assim, o seu uso por parte do capital ligado à indústria automobilística e os setores correlatos.

A ampliação da Universidade Federal de Roraima também tem contribuindo para a expansão, urbanização (equipamentos urbanos) e valorização dos imóveis no bairro em que fica localizada, o bairro Aeroporto. Entre os Censos de 2000 e 2010 a população deste bairro experimentou um acréscimo de aproximadamente 3200%, além de intensa

valorização monetária dos imóveis localizados na área. Dado que o perfil atual dos novos funcionários (principalmente docentes) que entram na universidade mudou em relação aos entrantes mais antigos, a própria morfologia do bairro toma contornos diferentes. Ocorre uma proliferação de pequenos condomínios com casas voltadas à pessoas solteiras ou pequenas famílias nucleares (casal e máximo um filho).

Esta característica tem se refletido em diferentes serviços e no comércio local. O estado de Roraima ainda está em processo de ampliação de sua estrutura pública institucional e a maioria das vagas dos concursos públicos de mais altos salários tem sido preenchida por pessoas mais novas, solteiras ou casadas sem filhos ou com apenas um filho e originárias do sudeste e do sul do país, regiões economicamente mais dinâmicas do Brasil, onde os hábitos de consumo (conspícuo ou não) são diferentes dos migrantes mais antigos, oriundos principalmente do Nordeste e do próprio Norte do país. Ademais, o nível de escolaridade dos novos migrantes tem se elevado, o que reflete também nos serviços e comércio local. Na realidade, o que se constata é uma relação dialética entre o perfil dos migrantes que chegam atualmente à Boa Vista e o nível de desenvolvimento local da cidade/estado.

A economia do município permanece, entretanto, amplamente atrelada ao setor de comércio e serviços, sendo baixa a participação do setor secundário. A criação da Zona de Processamento de Exportações de Boa Vista (ZPE) pode modificar esta situação, no entanto, a mesma ainda não entrou em funcionamento e sua efetivação ainda é uma incógnita.

Em suma, nos valendo da análise feita por Veras (2010) ao propor o entendimento da expansão urbana (e produção do espaço) de Boa Vista em três momentos históricos distintos, percebemos a participação dos diferentes atores neste processo. Nos dois primeiros períodos (1890/1943 e 1943/1980) o protagonismo esteve com o Estado, responsável pela expansão urbana através de suas políticas de ocupação para a região. Num terceiro momento, pós anos 1980, até a atualidade, tanto o capital quanto os habitantes da cidade têm exercido papel importante na configuração do espaço urbano de Boa Vista. Neste sentido, afirma Veras (p. 7).

O espaço urbano de Boa Vista tem sido, no decorrer dos tempos, destinado a cumprir funções específicas que mudam de acordo com as necessidades e interesses de organizações sociais e políticas das classes dominantes que se revezam no poder. Diante dessa perspectiva, a cidade, inacabada e em transformação, é resultante de intervenções reguladas por diferentes agentes promotores do espaço urbano.

Conclusões

Atualmente, não desconsiderando a continuidade de interesses da camada política, percebe-se uma manifestação clara dos interesses capitalistas na conformação do espaço urbano boa-vistense. Grandes empresas nacionais e até mesmo internacionais de diversos segmentos de comércio e serviços começam a se instalar na cidade, além de outras tantas de origem regional e até mesmo local que vem ampliando gradativamente suas atividades econômicas. A cidade incorpora o tempo moderno, servindo a diversos usos por parte dos atores sociais que nela vivem e lhe moldam.

Entretanto, é importante destacar o papel da população também como ator na configuração atual do espaço urbano de Boa Vista. Suas demandas e ações por moradia, saneamento, transporte e outros equipamentos urbanos compõem elementos fundamentais na conformação urbana da cidade. Ademais, seu “papel” como força de trabalho produtiva e consumidora atua de forma crucial no espaço urbano boa-vistense. Em termos gerais, pode-se afirmar que o espaço urbano é resultado de sua própria sociedade, onde os distintos agentes sociais concorrem para configurar tal espaço. Esses agentes podem tanto ser o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais e suas organizações. Mas não há dúvida que nos distintos momentos os agentes têm mais ou menos influência neste processo. No caso de Boa Vista, entre 1890 e 1980 o protagonismo esteve com o Estado e, desde então, o Capital e os agentes sociais passaram a ter uma participação mais ativa. Com a mudança gradual do perfil dos imigrantes atuais, uma nova configuração do espaço urbano boa-vistense vem se moldando nos últimos anos.

Referências

- BARBOSA, R.I. Ocupação humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Belém: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. 9 (1): 1993, p.123-144.
- BARBOSA, R.I. Ocupação humana em Roraima II: uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e crescimento desordenado. Belém: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. 9 (2): 1993, p. 177-197.
- CROCIA DE BARROS, Nilson C. Paisagem, homem e natureza no vale do Rio Branco, Roraima, Brasil. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. *Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- CROCIA DE BARROS, Nilson C. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Recife: Editora Universitária (UFPE), 1995.
- DINIZ, Alexandre. *A dimensão qualitativa da migração e da expansão da fronteira agrícola em Roraima*. s.d. 1997.
- DINIZ, Alexandre.; SANTOS, Reinaldo.O. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. *Rio Claro: Geografia*, v.33, n.2, p.269-287,2008.
- DINIZ, Alexandre M.A.; SANTOS, Reinaldo O. dos. O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais. *Revista Caderno de Geografia*; v. 15, n. 25. p. 23-44, 2º sem. 2005. Belo Horizonte: 2005.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Amazônia, Estado e Sociedade*. Campinas: Armazém do Ipê, 2006
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos 1991, 2000, 2010. Contagem populacional 1996, 2007. Estimativas populacionais 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006. Compilação de dados*.
- Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos. “*Diagnóstico do Plano Diretor de Boa Vista – RR*”, 2007.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríple fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, L.E. (Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA, 2009.
- SANTOS, Gilson Pereira dos. *Externalidades públicas e substitutos perfeitos: um estudo do transporte público e privado em Boa Vista – Roraima: 2005 – 2010*. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). 56 p. Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2011.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5.ed. São Paulo: USP, 2005.
- SILVA, Paulo Rogério de Freitas. *Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida*. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao mini-curso da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte*).
- STAEVIE, Pedro M. Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – RR. Campinas: *Oculum Ensaios*, n.13, p. 68 – 87, jan_jun 2011.
- STAEVIE, Pedro M. *O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima*. 2012. 242 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

VALE, Ana Lia Farias. *Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista, RR*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007.

VERAS, Antônio Tolrino. *A cidade de Boa Vista no contexto urbano roraimense*. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao mini-curso da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte*).

